



Público

01-02-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Política

Dimensão: 292

Imagem: S/Cor

Página (s): 34

Editorial

A Justiça e a reabilitação dos distritos

A Justiça quer recuperar uma fórmula morta, os distritos, contra todos os avanços da racionalização do Estado

O Ministério da Justiça voltou a confirmar as dificuldades do Estado central em conceber a sua organização no território nacional. Quando todas as reformas orgânicas da Administração Central dos últimos anos foram configuradas em torno das NUT (nomenclaturas de unidade territorial para efeitos estatísticos), a ministra da Justiça voltou a acentuar a propensão do Estado para a

cacofonia restaurando os defuntos distritos. Depois, para levar avante a sua intenção de encerrar tribunais esvaziados pelo êxodo populacional, optou por uma metodologia de régua e esquadro que em muitos casos não teve em atenção as condicionantes culturais (ao nível de rivalidades locais que, por provincianas que sejam, são uma realidade), a orografia ou a facilidade de acesso. É verdade que jamais haverá uma mudança na administração periférica do Estado consensual. Basta que um serviço encerre numa vila esquecida para que se ouçam protestos. Foi assim com o encerramento de escolas, de maternidades ou de centros de Saúde e teria de ser assim com a Justiça. O problema que a reorganização das comarcas coloca, porém, vai além de tudo o que se fez porque pretende recuperar uma fórmula morta, os distritos, num quadro administrativo que, apesar de todos os absurdos, avançou para uma certa racionalidade. Quando se julgava que só o arcaísmo da

organização dos partidos alimentado pela velharia dos círculos eleitorais davam fôlego aos distritos, eis que a Justiça os vem relegitimar. Se a reforma vingar, o grosso dos ministérios manterá uma orgânica regional comum e a Justiça fechar-se-á num modelo distinto. O mapa do mais centralizado estado do mundo desenvolvido conservará, assim, a sua exuberante irracionalidade.

Notícias menos más da economia

Em 2011, extinguíram-se 39 mil empresas e criaram-se 33 mil. Como em quase tudo relacionado com as estatísticas da actividade económica, há sempre muitas formas de se avaliar estes números. Poderão ser encarados como a prova de que o ritmo de destruição de riqueza e de emprego se manteve, o que parece ser difícil de contornar; mas também não

será completamente errado encará-los como a prova da resiliência da economia à severidade da crise. Para se poder partilhar esta percepção, há que olhar as tendências dos últimos anos e reparar que, após uma fase aguda de falências e encerramentos de empresas na sequência do primeiro choque da actual crise, em 2008 e 2009, o equilíbrio entre a criação e destruição de empresas aconteceu em 2010 antes de, no ano passado, voltar a acusar um desvio negativo de seis mil unidades. Pode-se ainda reparar que grande parte das empresas encerradas foram dissolvidas, o que não quer dizer exactamente que suspenderam a laboração em 2011. Feito o balanço, ter-se-á de concluir que esta dinâmica não impediu a escalada do desemprego, ou até que muitas das novas empresas são tentativas desesperadas de trabalhadores de difícil viabilidade. Mas é igualmente importante ver nesta dinâmica um sinal contrário a uma crise que continua sem fim à vista.